

# Depois da Tempestade

Simon Schwartzman

Publicado na <i>Folha de São Paulo</i> , 11 de março de 1988, página A - 3.
---

A tempestade desencadeada pela publicação, pela *Folha de S. Paulo*, da lista dos "improdutivos" da USP dá a impressão de que a Universidade está prestes a naufragar. E, no entanto, um observador externo mais atento poderia afirmar exatamente o contrário: a tormenta expressa, acima de tudo, a grande vitalidade da Universidade de São Paulo, e confirma sua posição excepcional no conjunto das universidades do país e do continente. É uma crise que poucos poderiam se dar ao luxo de ter.

Em primeiro lugar, pela própria "lista." Tomada em seu conjunto, ela confirma que cerca de 75% dos professores publicam e divulgam de diversas formas os resultados de seus trabalhos. Trata-se de um índice extremamente alto, maior, certamente, do que o de qualquer Universidade brasileira (com exceção, possivelmente, da Unicamp, que tem a vantagem de ser bem menor e ter sido criada, desde o início, com grande ênfase na pesquisa). O usual, no Brasil como em qualquer outra parte do mundo, em instituições de ensino voltadas para o ensino de graduação, é que seus professores se dediquem primordialmente às atividades de ensino, e não participem do síndrome do "publish or perish" que emana das grandes e mais famosas "research universities" norte-americanas. A reforma universitária, de 1968, ao postular a indissolubilidade do ensino e da pesquisa em todo o sistema de ensino superior no Brasil, criou para nossas instituições de ensino uma exigência muitas vezes impossível de ser atendida, e que levou a muitas deformações. A Universidade de São Paulo, junto com umas poucas outras, no entanto, consegue ser efetivamente um centro onde o ideal da conjugação do ensino e da pesquisa parece estar mais próximo.

Segundo, pela repercussão. Talvez seja preciso não ser paulista para perceber o extraordinário que é ver a grande imprensa dar tanta cobertura e espaço a uma questão que é, em última análise, um problema interno da Universidade. Em nenhum outro Estado do Brasil, e em muito poucas partes do mundo, isto seria possível. Isto mostra que a USP é uma instituição fortemente integrada a seu meio, que a sociedade acompanha com interesse e preocupação o que passa dentro dela, o que reforça sua importância e sua responsabilidade social.

Terceiro, pelas reações. Todos condenaram, como não poderia deixar de ser, a publicação da "lista", e quase todos clamaram por processos adequados de avaliação. Existe muita divergência quanto ao que deveria ser isto, mas o simples fato de que todos concordem que a universidade necessita ser avaliada, que os professores devem, de alguma forma, prestar contas á

sociedade dos trabalhos que realizam, que os princípios do mérito e da competência devem prevalecer, já coloca o debate em um patamar muito acima do que em outros lugares onde esta discussão ainda nem chegou, e a responsabilidade de tudo que é ruim é atribuída "aos outros" (o governo, a oposição, a imprensa, os tecnocratas, o imperialismo, os infiltrados). Este debate revela que na Universidade de São Paulo ainda predomina uma ética do desempenho e da responsabilidade social, e isto, de novo, não é nada desprezível em instituições públicas do Brasil de hoje.

Estas observações podem ajudar, quem sabe, a reduzir o clima de acusações e desqualificações recíprocas das partes, que não conduz a nada, e passar para o que realmente interessa, que é a discussão sobre os procedimentos adequados para que a universidade tenha consciência de seu desempenho e de seus problemas, e possa trabalhar para seu contínuo aperfeiçoamento. Uma coisa que precisa ser esclarecida desde o início é o valor relativo e problemas associados ao uso de indicadores quantitativos como número de publicações e outros semelhantes. Indicadores deste tipo São usados em todo o mundo para acompanhar a evolução e examinar comparativamente o desempenho da atividade científica, e sua utilidade é indiscutível desde que não se perca de vista de que se trata de uma medida muito aproximada, com um grau de resolução muito baixo, que só faz sentido de maneira agregada e quando submetida a regras bastante claras de "ceteris paribus". Isto significa que é possível, por exemplo, comparar o volume de publicações de dois departamentos de física de universidades voltadas à pesquisa, ou dois pontos no tempo de um mesmo departamento, e chegar a hipóteses bastante sugestivas sobre eventuais diferenças e suas possíveis causas; não faz sentido, no entanto, comparar os números de um departamento de biologia com outro de artes, ou tentar avaliar o desempenho de um professor ou pesquisador individual simplesmente pelo número de coisas publicadas em um período dado. Indicadores deste tipo só são úteis, além disto, para auxiliar na avaliação de programas de pós-graduação, e dizem pouco sobre a atividade pedagógica dos professores na graduação, cujo produto se esgota, normalmente, nas salas de aula.

A segunda questão afluída no debate é a de quem cabe avaliar. O princípio básico, aqui, é que a única avaliação possível e legítima é a avaliação independente por pares. O exemplo da Capes é bastante elucidativo: ela tem um excelente sistema de levantamento da produção acadêmica dos cursos de pós-graduação, professor a professor; estas informações são levadas ao conhecimento de comissões acadêmicas, que fazem avaliações globais de cada programa de pós-graduação, que São informados a respeito. Cabe aos programas, depois, contestar se for o caso a avaliação recebida, ou fazer uso dos conceitos externos para resolver, internamente, os problemas de desempenho que possam existir em seu meio. Neste processo, já testado e consolidado pela experiência de muitos anos, cada parte tem seu papel importante a desempenhar. As autoridades administrativas criam e dão continuidade ao sistema avaliativo,

viabilizam as comissões, se encarregam da burocracia dos levantamentos, e desenvolvem, com isto, mecanismos que aperfeiçoam o conjunto e lhe proporcionam critérios de decisão; as comissões inter-pares realizam de forma independente as avaliações globais; e as unidades avaliadas (que participam da formação das comissões avaliadoras) examinam a propriedade ou não das avaliações recebidas, e tomam as medidas de ordem interna que sejam possíveis e desejáveis, dentro de sua autonomia. É claro que tudo isto está sujeito a erros e dificuldades, e seria ainda mais difícil se um sistema semelhante fosse aplicado para os cursos de graduação, onde a realidade é muito mais complexa, e os resultados menos visíveis. Mas é sem dúvida muito melhor do que seria se os recursos para a pós-graduação e a pesquisa no Brasil fossem distribuídos, como ocorre em quase tudo mais, por mecanismos clientelísticos e político-partidários. Será que este exemplo pode sugerir algo à USP?